



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SIMULADO ESPECIAL SEFAZ SE

**Auditor Fiscal Tributário
Tributação - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial SEFAZ-SE (Auditor Fiscal Tributário - Tributação)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SE**, cargo de **Auditor Fiscal Tributário - Tributação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/aAKSggYkDHHXfMpM7>

01 - ABCDE	25 - ABCDE	49 - ABCDE	73 - ABCDE	97 - ABCDE
02 - ABCDE	26 - ABCDE	50 - ABCDE	74 - ABCDE	98 - ABCDE
03 - ABCDE	27 - ABCDE	51 - ABCDE	75 - ABCDE	99 - ABCDE
04 - ABCDE	28 - ABCDE	52 - ABCDE	76 - ABCDE	100 - ABCDE
05 - ABCDE	29 - ABCDE	53 - ABCDE	77 - ABCDE	101 - ABCDE
06 - ABCDE	30 - ABCDE	54 - ABCDE	78 - ABCDE	102 - ABCDE
07 - ABCDE	31 - ABCDE	55 - ABCDE	79 - ABCDE	103 - ABCDE
08 - ABCDE	32 - ABCDE	56 - ABCDE	80 - ABCDE	104 - ABCDE
09 - ABCDE	33 - ABCDE	57 - ABCDE	81 - ABCDE	105 - ABCDE
10 - ABCDE	34 - ABCDE	58 - ABCDE	82 - ABCDE	106 - ABCDE
11 - ABCDE	35 - ABCDE	59 - ABCDE	83 - ABCDE	107 - ABCDE
12 - ABCDE	36 - ABCDE	60 - ABCDE	84 - ABCDE	108 - ABCDE
13 - ABCDE	37 - ABCDE	61 - ABCDE	85 - ABCDE	109 - ABCDE
14 - ABCDE	38 - ABCDE	62 - ABCDE	86 - ABCDE	110 - ABCDE
15 - ABCDE	39 - ABCDE	63 - ABCDE	87 - ABCDE	111 - ABCDE
16 - ABCDE	40 - ABCDE	64 - ABCDE	88 - ABCDE	112 - ABCDE
17 - ABCDE	41 - ABCDE	65 - ABCDE	89 - ABCDE	113 - ABCDE
18 - ABCDE	42 - ABCDE	66 - ABCDE	90 - ABCDE	114 - ABCDE
19 - ABCDE	43 - ABCDE	67 - ABCDE	91 - ABCDE	115 - ABCDE
20 - ABCDE	44 - ABCDE	68 - ABCDE	92 - ABCDE	116 - ABCDE
21 - ABCDE	45 - ABCDE	69 - ABCDE	93 - ABCDE	117 - ABCDE
22 - ABCDE	46 - ABCDE	70 - ABCDE	94 - ABCDE	118 - ABCDE
23 - ABCDE	47 - ABCDE	71 - ABCDE	95 - ABCDE	119 - ABCDE
24 - ABCDE	48 - ABCDE	72 - ABCDE	96 - ABCDE	120 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/vnpj>

CONHECIMENTOS GERAIS (MANHÃ)**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***[PREFÁCIO]**

Por minha sorte, fui deportado para Auschwitz só em 1944, depois que o governo alemão, em vista da crescente escassez de mão de obra, resolveu prolongar a vida média dos prisioneiros a serem eliminados, concedendo sensíveis melhoras em seu nível de vida e suspendendo temporariamente as matanças arbitrárias.

Este meu livro, portanto, nada acrescenta, quanto a detalhes atrozes, ao que já é bem conhecido dos leitores de todo o mundo com referência ao tema doloroso dos campos de extermínio. Ele não foi escrito para fazer novas denúncias; poderá, antes, fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana. Muitos, pessoas ou povos, podem chegar a pensar, conscientemente ou não, que “cada estrangeiro é um inimigo”. Em geral, essa convicção jaz no fundo das almas como uma infecção latente; manifesta-se apenas em ações esporádicas e não coordenadas; não fica na origem de um sistema de pensamento. Quando isso acontece, porém, quando o dogma não enunciado se torna premissa maior de um silogismo, então, como último elo da corrente, está o Campo de Extermínio. Este é o produto de uma concepção de mundo levada às suas últimas consequências com uma lógica rigorosa. Enquanto a concepção subsistir, suas consequências nos ameaçam. A história dos campos de extermínio deveria ser compreendida por todos como sinistro sinal de perigo.

Sou consciente dos defeitos estruturais do livro e peço desculpas por eles. Se não de fato, pelo menos como intenção e concepção, o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade, em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí, seu caráter fragmentário: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente.

Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios aqui narrados foi fruto da imaginação.

(LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. *Adaptado.*)

1. De acordo com as ideias veiculadas no texto, os campos de extermínio

- a) foram criados exclusivamente como resposta à escassez de mão de obra durante a guerra.
- b) representaram uma estratégia momentânea de guerra que perdeu sentido após a derrota nazista.
- c) resultaram de uma concepção de mundo intolerante levada às últimas consequências.
- d) tornaram-se desnecessários a partir do momento em que os prisioneiros receberam melhores condições de vida.
- e) surgiram espontaneamente, sem ligação com ideologias ou sistemas de pensamento organizados

2. Conclui-se do texto que:

- a) o livro apresenta um enredo ficcional para facilitar a compreensão do leitor comum.
- b) a escrita do livro atendeu a uma exigência editorial imposta após a guerra.
- c) o autor organizou o texto cronologicamente desde o início da experiência no campo.
- d) o livro teve como propósito denunciar os responsáveis pelas atrocidades cometidas.
- e) o impulso de narrar as experiências vividas era tão forte quanto as necessidades básicas

3. Assinale a opção correta acerca de tipo textual e figuras de linguagem, em relação ao texto.

- a) Trata-se de um texto predominantemente narrativo, pois apresenta personagens, enredo e tempo definidos, com foco em eventos fictícios vivenciados pelo autor.
- b) O trecho “essa convicção jaz no fundo das almas como uma infecção latente” contém uma metáfora que reforça a ideia de que o preconceito pode existir de forma oculta e persistente.
- c) O uso da expressão “sinistro sinal de perigo” configura um eufemismo, suavizando o impacto do tema dos campos de extermínio.
- d) O texto pertence ao tipo injuntivo, pois tem como objetivo principal convencer o leitor a adotar uma postura ética diante do sofrimento alheio.
- e) O texto é predominantemente descritivo, pois tem como propósito central apresentar, de forma objetiva e detalhada, as características físicas dos campos de extermínio

4. No terceiro período do segundo parágrafo do texto, o vocábulo “essa”, no trecho “essa convicção”, retoma:

- a) “premissa maior de um silogismo”.
- b) “A história dos campos de extermínio”.
- c) “referência ao tema doloroso”.
- d) “cada estrangeiro é um inimigo”.
- e) “alma humana”

5. Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, a expressão “em vista da” (primeiro parágrafo) poderia ser substituída por

- a) apesar da
- b) em consequência da
- c) ao contrário da
- d) longe de
- e) com exceção da

6. No que se refere a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- a) No trecho “ao que já é bem conhecido” (primeiro período do segundo parágrafo), a palavra “que” poderia ser substituída por “porque”, sem prejuízo de sentido.
- b) No trecho “contar ‘aos outros’” (terceiro período do terceiro parágrafo), o verbo “contar” rege a preposição “a” que introduz o objeto indireto.
- c) No trecho “às suas últimas consequências” (sexto período do segundo parágrafo), o uso da crase é facultativo, podendo ser omitido sem prejuízo gramatical.
- d) No trecho “não fica na origem” (quarto período do segundo parágrafo), a forma verbal “fica” tem como sujeito o vocábulo “geral”, localizado no mesmo período.
- e) No trecho “ele não foi escrito para fazer novas denúncias” (segundo período do segundo parágrafo), o pronome “ele” retoma o termo “campo”, citado anteriormente no mesmo parágrafo

7. A respeito do emprego de vírgulas no texto, julgue os itens que se seguem.

- I. No trecho “Por minha sorte, fui deportado” (primeiro período do primeiro parágrafo), o emprego da vírgula é facultativo.
- II. É obrigatório o emprego da vírgula que isola o termo “portanto” (primeiro período do segundo parágrafo).
- III. É obrigatório o uso da vírgula entre após “lógica” (quinto período do terceiro parágrafo).

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

8. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do texto seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva o sentido e a correção gramatical do texto, considerando as regras de colocação pronominal.

- a) “resolveu prolongar a vida média” (primeiro parágrafo): **resolveu estender-lhe**
- b) “manifesta-se apenas em ações esporádicas” (quarto período do segundo parágrafo): **apenas manifesta-se em ações eventuais**
- c) “se torna premissa maior de um silogismo” (quinto período do segundo parágrafo): **torna-se premissa maior de um silogismo**
- d) “peço desculpas por eles” (primeiro período do terceiro parágrafo): **peço-lhes desculpas**
- e) “para satisfazer essa necessidade” (terceiro período do terceiro parágrafo): **para satisfazer ela**

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE

Sérgio Henrique

9. Em Sergipe há diversas danças e folguedos com origens e características distintas. Qual alternativa está correta?

- a) A Caceteira do Rindu, de origem africana, é um samba ritmado por percussão e possui uma atuação chamada Sarandagem, cujo objetivo é celebrar a chegada do mês junino.
- b) Os Parafusos, manifestação exclusiva de Lagarto, eram originalmente uma dança festiva de celebração da colheita do milho, realizada por negros com roupas coloridas.
- c) O Cacumbi é um folguedo popular que permite a participação de homens e mulheres de todas as idades, com a finalidade de louvar Nossa Senhora do Carmo e o Senhor do Bonfim.
- d) As Festas Juninas são celebrações exclusivas do sertão sergipano, marcadas pela tradição de queima de Judas e pela ausência de quadrilhas.

e) As Taieiras são danças com músicas com instrumentos de sopro, que se apresentam somente em cortejos religiosos, acompanhando a Procissão do Fogaréu.

10. Qual a alternativa correta sobre a economia de Sergipe?

- a) A economia sergipana é predominantemente rural, com o setor primário (agropecuária) liderando a participação no PIB e empregando a maior parte da PEA em atividades mecanizadas.
- b) O setor secundário, impulsionado pela indústria petroquímica e de construção, é o principal motor da economia, concentrando a maior parcela do PIB e do emprego formal.
- c) A economia sergipana é essencialmente terceirizada, com o setor de serviços respondendo pela maior fatia do PIB e pela maioria dos empregos formais e informais.
- d) O PIB do estado apresenta uma distribuição equitativa entre os três setores econômicos, refletindo um desenvolvimento industrial e tecnológico avançado que erradicou a informalidade no mercado de trabalho.
- e) Embora o setor terciário seja o maior em participação no PIB, o crescimento econômico é primariamente impulsionado pelo setor primário, que agrega alto valor aos produtos e gera muitos empregos formais em tecnologias avançadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I (MANHÃ)**NOÇÕES DE RACIOCÍNIO LÓGICO E
MATEMÁTICA FINANCEIRA***Eduardo Mocellin*

Considere as seguintes proposições para responder às próximas três questões:

P1: Se há procedimento fiscal ou o contribuinte é flagrado cometendo fraudes, então há punição de sonegadores.

P2: Se há punição de sonegadores, os níveis de arrecadação não diminuem.

P3: Se os níveis de arrecadação não diminuem, o Estado não deixa de atender às necessidades da população.

11. A quantidade de linhas da tabela verdade associada à proposição P1 é igual a

- a) 2
- b) 4
- c) 8
- d) 16
- e) 32

12. Assinale a opção que apresenta uma negação correta da proposição P1.

- a) Se não há punição de sonegadores, então não há procedimento fiscal ou o contribuinte não é flagrado cometendo fraudes.
- b) Há procedimento fiscal ou o contribuinte é flagrado cometendo fraudes, mas não há punição de sonegadores.
- c) Há punição de sonegadores, mas não há procedimento fiscal nem o contribuinte é flagrado cometendo fraudes.
- d) Se não há procedimento fiscal ou o contribuinte não é flagrado cometendo fraudes, então não há punição de sonegadores.
- e) Se não há procedimento fiscal e o contribuinte não é flagrado cometendo fraudes, então não há punição de sonegadores.

13. Pretende-se acrescentar ao conjunto de proposições P1, P2 e P3 uma nova proposição, P0, de modo que o argumento formado pelas premissas P0, P1, P2 e P3, juntamente com a conclusão "O Estado não deixa de atender às necessidades da população" constitua um argumento válido. Assinale a opção que apresenta uma proposta correta de proposição P0.

- a) Há procedimento fiscal ou o contribuinte é flagrado cometendo fraudes.
- b) Não há procedimento fiscal ou o contribuinte não é flagrado cometendo fraudes.
- c) Não há procedimento fiscal e o contribuinte não é flagrado cometendo fraudes.
- d) Se o contribuinte é flagrado cometendo fraudes, então há punição de sonegadores.
- e) Se há procedimento fiscal, então há punição de sonegadores.

14. Considere a seguinte notícia:

"A inflação pelo IPCA acumula alta de 7,8% em 12 meses"

Sabe-se que, no mesmo período da notícia, os servidores da SEFAZ-SE tiveram um aumento de 20%. Com isso, o ganho efetivo de poder de compra desses servidores nesse período foi, aproximadamente, igual a:

- a) 8,9%.
- b) 9,7%.
- c) 10,8%.
- d) 11,3%.
- e) 12,2%.

15. Considere um investimento em que deva ser investido hoje o valor de R\$ 25.000,00. Ao final do primeiro ano de investimento, é esperado o recebimento de um valor desconhecido e, ao final do segundo ano, é esperado o recebimento de R\$ 21.600,00. Nessa situação, considerando-se uma taxa mínima de atratividade de 20% ao ano e um índice de lucratividade de 1,176, o valor a ser recebido ao final do primeiro ano de investimento deverá ser de:

- a) R\$ 16.820,00
- b) R\$ 17.280,00
- c) R\$ 17.850,00
- d) R\$ 18.440,00
- e) R\$ 18.680,00

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

16. O governo estadual de Alvorada identificou desequilíbrios distributivos em sua economia, com elevados níveis de desigualdade de renda. Para enfrentá-los, decidiu ampliar gastos com assistência social, saúde e educação básica.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta quanto à função orçamentária exercida e ao papel do Estado na economia:

- a) O Estado está exercendo a função estabilizadora do orçamento, utilizando a política fiscal para conter a inflação.
- b) O orçamento público está atuando na função distributiva, ao buscar a redução de desigualdades sociais.
- c) Trata-se de exemplo da função alocativa, pois o governo interfere diretamente nos preços relativos de mercado.
- d) A função do orçamento nesse caso é puramente contábil, limitada à autorização de despesas previamente fixadas.
- e) A atuação descrita caracteriza política monetária, cabendo ao orçamento apenas registrar os efeitos contábeis da intervenção.

17. Durante a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o Poder Executivo propôs a criação de um anexo que permitiria a realocação e reprogramação de recursos entre ministérios por simples ato do Ministro da Fazenda, sem necessidade de lei específica.

À luz dos princípios orçamentários e da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A proposta é compatível com o princípio da exclusividade, já que se limita a tratar de matéria orçamentária.
- b) A realocação de recursos entre ministérios pode ocorrer livremente, desde que respeitado o limite global autorizado pela LDO.
- c) A proposta fere o princípio da vedação ao estorno, pois altera a destinação de recursos sem aprovação legislativa.
- d) Tal instrumento se enquadra no princípio da unidade, desde que esteja inserido na mesma peça orçamentária.
- e) O anexo proposto encontra respaldo no princípio da universalidade, por ampliar o alcance da LOA.

18. O Ministério da Integração Nacional, diante de uma enchente inesperada no norte do país, propôs a abertura imediata de crédito extraordinário para atendimento da calamidade.

À luz da legislação orçamentária, assinale a alternativa correta:

- a) O crédito extraordinário exige autorização legislativa, sendo vedada sua abertura por medida provisória.
- b) O crédito extraordinário deve estar previamente previsto em lei específica e compatível com as metas da LDO.
- c) O crédito extraordinário pode ser aberto por medida provisória e independe de prévia autorização legislativa.
- d) Por sua natureza, o crédito extraordinário se destina apenas ao reforço de dotações existentes.
- e) A abertura do crédito extraordinário exige que os recursos já estejam disponíveis no momento do decreto.

19. A Secretaria da Fazenda de um estado emitiu um alerta ao governador sobre a queda significativa de receitas correntes nos últimos três quadrimestres, especialmente das transferências da União e de receitas tributárias próprias.

Considerando os conceitos e classificações da receita pública, assinale a alternativa correta:

- a) As receitas correntes compreendem apenas aquelas arrecadadas pela administração direta, excluindo as transferências intergovernamentais.
- b) As receitas de capital são compostas, em regra, por impostos, contribuições e taxas vinculadas a investimentos.
- c) A dívida ativa não integra a receita orçamentária, pois possui natureza extraorçamentária.
- d) As transferências destinadas por compensações financeiras são classificadas como receitas correntes e impactam diretamente o cálculo da RCL.
- e) As operações de crédito não constituem receita pública, pois representam mero adiantamento financeiro.

20. Em uma auditoria realizada pelo controle interno, foi constatado que diversas despesas empenhadas e liquidadas no exercício de 2023 não haviam sido pagas até 31 de dezembro.

Assinale a alternativa correta quanto ao tratamento contábil e orçamentário dessas despesas:

- a) Tais despesas devem ser reclassificadas como despesa de exercícios anteriores, por não terem sido pagas no exercício.
- b) O valor correspondente deve ser inscrito em restos a pagar processados, desde que a liquidação tenha ocorrido.
- c) A ausência de pagamento exige o cancelamento do empenho e sua reemissão no exercício seguinte.
- d) O pagamento no exercício seguinte caracteriza infração ao princípio da anualidade orçamentária.
- e) As despesas liquidadas e não pagas não podem ser reconhecidas na contabilidade orçamentária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

21. Segundo o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STJ, a responsabilidade tributária de sócios-gerentes:

- a) ocorre pelo simples inadimplemento da sociedade.
- b) exige dissolução irregular ou excesso de poderes.
- c) independe da data de retirada da sociedade.
- d) abrange todos os sócios, inclusive cotistas.
- e) é automática em qualquer dívida tributária

22. De acordo com o art. 149, da Constituição Federal, compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas. Especificamente sobre as contribuições para regime próprio de previdência, assinale a alternativa incorreta:

- a) Podem ser instituídas por União, Estados, DF e Municípios.
- b) São cobradas de servidores ativos, aposentados e pensionistas.
- c) Podem ter alíquotas progressivas conforme o valor da base de cálculo.
- d) Incidem apenas sobre servidores em atividade.
- e) Devem ser instituídas por meio de lei específica.

23. Considerando as regras constitucionais aplicáveis ao IPVA, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA incide sobre todas as aeronaves sem exceção.
- b) O IPVA não incide sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado.
- c) O IPVA incide sobre embarcações de pesca industrial.
- d) O IPVA incide sobre tratores e máquinas agrícolas.
- e) O IPVA não possui regras de imunidade na Constituição Federal, pois considera a capacidade contributiva do contribuinte.

24. Sobre a fixação da base de cálculo do IPTU, assinale a alternativa incorreta:

- a) A vedação da anterioridade anual não se aplica à fixação da base de cálculo do IPTU.
- b) Estados não podem fixar a base de cálculo do IPTU municipal.
- c) A fixação pode não observar a anterioridade de noventa dias.
- d) A base de cálculo refere-se ao valor venal do imóvel.
- e) A base de cálculo do IPTU pode ser atualizada por decreto, desde que considere os critérios de lei municipal.

25. A imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "d", da CF, consigna que é vedado aos entes federados instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Considerando o texto constitucional e a jurisprudência do STF, tal imunidade se aplica:

- a) apenas aos livros físicos impressos.
- b) somente aos jornais e periódicos digitais.
- c) apenas aos papéis destinados à impressão.
- d) exclusivamente aos livros didáticos eletrônicos.
- e) aos e-books e e-readers exclusivos.

26. De acordo com o Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- a) majoração de tributos e definição de fato gerador.
- b) responsabilidade tributária e domicílio tributário.
- c) suspensão do crédito tributário e outorga de isenção.
- d) lançamento de ofício e revisão de lançamento.
- e) fiscalização tributária e dívida ativa.

27. A Prefeitura do Município Y deveria ter lançado o IPTU do exercício de 2020. No entanto, por problemas no sistema informatizado, o lançamento não foi efetuado na época própria. Em 30 de junho de 2025, a Prefeitura detectou a falha sistêmica e

efetuou o lançamento do IPTU de 2020. Considerando as regras sobre decadência tributária, é correto afirmar que:

- a) Não houve decadência, pois o prazo só se inicia com o conhecimento da Fazenda sobre a falha sistêmica.
- b) Não houve decadência, pois o prazo se encerra em 5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- c) Houve decadência, pois o lançamento foi efetuado dentro do prazo de cinco anos contados do fato gerador ocorrido em 2020.
- d) Houve decadência, pois o direito de constituir o crédito tributário se extinguiu em 31 de dezembro de 2024, cinco anos após 1º de janeiro de 2020.
- e) Não houve decadência, pois problemas sistêmicos suspendem o prazo decadencial até sua solução

28. Carlos, empresário domiciliado em Porto Alegre/RS, decidiu doar seu veículo avaliado em R\$ 200.000,00 para sua filha Ana, que reside em Curitiba/PR. A doação foi formalizada através de escritura pública lavrada no Cartório de Notas de Florianópolis/SC, cidade onde o veículo estava registrado no DETRAN. Considerando as regras constitucionais de competência tributária para o ITCMD, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O ITCMD será devido ao Estado de Santa Catarina, onde foi lavrada a escritura pública e o veículo está registrado.
- b) O ITCMD será devido ao Estado do Paraná, por ser o domicílio da donatária Ana.
- c) O ITCMD será devido ao Estado do Rio Grande do Sul, por ser o domicílio do doador Carlos.
- d) A competência será dividida entre os três Estados envolvidos na operação (RS, PR e SC).
- e) Não haverá incidência de ITCMD por se tratar de doação entre parentes em linha reta

REFORMA TRIBUTÁRIA*Eduardo Da Rocha*

29. A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu uma profunda transformação no sistema tributário brasileiro, substituindo tributos sobre o consumo por um modelo dual, composto por dois novos tributos: o IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, e a CBS, de competência federal.

Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS deve ser instituído por leis estaduais e municipais autônomas, respeitando a autonomia federativa de cada ente.
- b) A CBS deve ser regulamentada por lei específica, distinta da que trata do IBS.
- c) O IBS e a CBS seguirão regras próprias e independentes quanto à definição de fatos geradores, regimes e imunidades.
- d) O IBS será cobrado com base na soma das alíquotas fixadas pelo Estado e pelo Município de destino da operação.
- e) Os Estados e os Municípios poderão estabelecer diferentes alíquotas para bens materiais, serviços e direitos, desde que por meio de lei específica própria.

30. A Cooperativa Agroindustrial Vale do Campo, que reúne pequenos produtores rurais da região sul do país, está avaliando a possibilidade de aderir ao regime específico de tributação do IBS previsto para sociedades cooperativas. O setor contábil da cooperativa levantou dúvidas sobre o funcionamento desse regime, especialmente quanto às operações realizadas com seus próprios associados e à possibilidade de aproveitamento de créditos.

Com base nas disposições constitucionais da EC 132/2023, assinale a alternativa correta:

- a) O regime específico para sociedades cooperativas será obrigatório para todas as cooperativas registradas na forma da lei.

b) A adesão ao regime específico impede qualquer forma de creditamento do IBS, mesmo que a operação anterior tenha sido tributada.

c) O regime específico poderá prever hipóteses de não incidência do IBS sobre operações entre a cooperativa e seus associados.

d) O regime de tributação das cooperativas será definido exclusivamente por cada Estado, respeitada sua autonomia federativa.

e) O regime previsto para as cooperativas não poderá ser aplicado nas operações realizadas entre cooperativas, mas somente entre associados e cooperativas.

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

31. Com base nas disposições da Lei n.º 6.404/1976 e nas normas do CPC, assinale a alternativa correta.

- a) Todas as entidades contábeis devem seguir exclusivamente o regime de competência.
- b) De acordo com o regime de competência, a confrontação das receitas com as despesas deve ser realizada considerando as entradas e as saídas de caixa no período.
- c) Em conformidade com o regime de competência, os gastos incorridos para a colocação de um ativo imobilizado recém-adquirido por uma entidade em local e condições que permitam o seu funcionamento, de acordo com o planejado pela administração, devem ser reconhecidos como despesas do período.
- d) Quando determinada empresa paga uma parcela de seguro relativo a período de cobertura ainda não transcorrido, o valor correspondente à parcela paga integra as contas de resultado do período.
- e) Considere que determinada empresa, costumeiramente, pague seus empregados somente no quinto dia útil do mês seguinte à prestação dos seus serviços. Nesse caso, se o regime contábil para efeito de registro fosse o de caixa, e não o de competência, no mês da prestação desses serviços, haveria redução no passivo e aumento no lucro ou redução do prejuízo.

32. De acordo com os conceitos relacionados à depreciação definidos no CPC 27, analise as seguintes assertivas:

- a) A depreciação de um ativo somente deve ser contabilizada a partir do momento em que o ativo estiver em uso.
- b) O reparo e a manutenção de um ativo podem preservar suas condições originais, mas não evitam a necessidade de depreciá-lo.
- c) A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará redução da cota de depreciação mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada.
- d) O valor da depreciação de um ativo imobilizado pode ser calculado por vários métodos, mas, uma vez escolhido, o método deve ser mantido até a baixa do ativo em questão.
- e) O valor de aquisição e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de política contábil.

33. A empresa Estância S/A, que adota o sistema de inventário permanente, comprou mercadorias com objetivo de revenda, pagas 80% em dinheiro e o restante por meio de aceite de duplicatas. O valor total da nota fiscal é de R\$ 115.000,00, com a alíquota de IPI em 15% e ICMS destacado na nota fiscal com alíquota de 20%. Desta maneira, assinale a alternativa em que o lançamento contábil desta operação se apresenta CORRETAMENTE:

- a) D - Estoque de mercadorias R\$ 80.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 18.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 15.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- b) D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 15.00,00
C - Caixa R\$ 12.800,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 3.200,00
- c) D - Compras R\$ 95.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- d) D - Estoque de mercadorias R\$ 95.000,00
D - IPI a recuperar R\$ 22.00,00
C - Caixa R\$ 92.00,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00
- e) D - Estoque de mercadorias R\$ 95.000,00
D - ICMS a recuperar R\$ 20.000,00
C - Caixa R\$ 92.000,00
C - Duplicatas a pagar R\$ 23.000,00

34. A Cia. SS reconheceu, durante o ano de 2024, vendas brutas no valor total de R\$ 6.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre os fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendasR\$ 720.000,00
- Abatimentos sobre vendas.....R\$ 450.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadasR\$ 150.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadasR\$ 60.000,00
- Impostos sobre vendasR\$ 1.110.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosaR\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com clientesR\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 2.400.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. SS, no ano de 2024, foram, respectivamente, em reais, de

- a) 3.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 3.660.000,00 e 1.260.000,00.
- c) 3.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 3.720.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 3.660.000,00 e 1.110.000,00.

35. A empresa Sergipe S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2024, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 150.000,00. Durante o ano de 2025, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de Capital em dinheiroR\$ 60.000,00
- Incorporação de Reservas ao CapitalR\$ 10.000,00
- Lucro Líquido do PeríodoR\$ 200.000,00
- Destinação do lucro para reserva legalR\$ 5.000,00
- Destinação do lucro para reserva para contingênciaR\$ 15.000,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatóriosR\$ 20.000,00
- Aquisição de ações da própria companhiaR\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa Sergipe S.A., em 31 de dezembro de 2025, foi de:

- a) R\$ 385.000,00.
- b) R\$ 395.000,00.
- c) R\$ 395.000,00.
- d) R\$ 400.000,00.
- e) R\$ 450.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

36. Sobre a terminologia aplicada à contabilidade de custos, marque a assertiva correta:

- a) O pagamento dos dias parados com a mão de obra da fábrica num período de greve é uma perda e uma despesa.
- b) Perda improdutiva é o sacrifício patrimonial involuntário e normal.
- c) Investimento é o pagamento correspondente à aquisição de um bem ou serviço.
- d) Despesa é a redução patrimonial involuntária com o objetivo de realização de receitas.
- e) Os gastos posteriores à produção podem ser custos ou despesas.

37. Imagine a depreciação de um equipamento fabril utilizado na fabricação de 3 produtos diferentes. Referida depreciação, se calculada pelo método da soma dos dígitos em forma decrescente, representará um(a):

- a) Custo direto.
- b) Custo fixo.
- c) Custo variável.
- d) Custo semivariável.
- e) Despesa.

38. A empresa MAVIFOR apresentou, no exercício social de X1, custos indiretos de fabricação no montante de R\$ 30.000,00.

A empresa fabricou três produtos, os quais tiveram os seguintes gastos com mão de obra direta

Produto A = R\$ 4.000

Produto B = R\$ 6.000

Produto C = R\$ 8.000

Considerando o rateio dos CIF com base na mão de obra direta, o produto B receberá, a título de gastos gerais de fabricação, o montante de:

- a) R\$ 6.000,00.
- b) R\$ 6.666,67.
- c) R\$ 8.000,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 13.333,33.

39. A empresa MAVIFOR apresenta os seguintes custos para a fabricação de seu produto X:

- Custo variável unitário: R\$ 5,00.
- Custos fixos associados à produção de X: R\$ 400,00.
- Preço unitário de venda de X: R\$ 9,00.

Considerando o custeio variável, caso a companhia produza e venda 120 unidades de X, ela terá um lucro bruto de:

- a) R\$ 80,00.
- b) R\$ 100,00.
- c) R\$ 480,00.
- d) R\$ 800,00.
- e) R\$ 1.080,00.

40. Analise as assertivas a seguir:

- I. Para serem classificados como controláveis, os custos devem ser incorridos no próprio departamento em que se controla e reporta a apuração; ao passo que os não controláveis são aqueles sobre os quais o setor de análise não tem qualquer ingerência.
- II. No sistema ABC, a transferência de CIF de um departamento para outro fundamenta-se no fato de que o departamento beneficiado pelo serviço de outro deve ser onerado pela carga de CIF gerada em função do respectivo serviço. Já no custeio departamental, não há essa preocupação, pois o fundamento está nas atividades que foram realizadas em função dos produtos.
- III. Despesa é a redução patrimonial involuntária com o objetivo de realização de receitas.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão falsos.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. Considerando o regime jurídico dos agentes públicos e os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os cargos em comissão, julgue as afirmativas a seguir:

- a) a criação de cargos em comissão, que se destinem a funções de direção, chefia e assessoramento, dispensa a necessidade de descrição clara e objetiva de suas atribuições na lei, uma vez que a natureza de confiança inerente a tais cargos permite maior discricionariedade na definição de suas tarefas.
- b) o princípio da livre nomeação e exoneração dos cargos em comissão é absoluto, não sendo compatível com qualquer exigência de proporcionalidade em relação aos cargos efetivos ou de compatibilidade das atribuições com a natureza de confiança.
- c) a servidora que exerce cargo de provimento em comissão não tem direito ao gozo da licença maternidade e da estabilidade provisória, em razão do vínculo precário do seu provimento.
- d) a inconstitucionalidade de cargos em comissão destinados a funções técnicas e operacionais, decorre principalmente da ausência de descrição legal de suas atribuições, e não da incompatibilidade com a exigência de relação de confiança.
- e) a criação de cargos em comissão deve observar a proporcionalidade com o número de cargos efetivos, ser destinada exclusivamente a funções de direção, chefia e assessoramento, e exigir relação de confiança entre nomeante e nomeado, com atribuições descritas claramente em lei.

42. A empresa privada Malbaratamento S.A. estava interessada em prestar serviço estatal de policiamento de trânsito. Contudo, após participar de audiência pública com a prefeitura do município Alfa, titular dessa atividade, a empresa foi informada de que o serviço seria prestado por sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do referido ente. Ademais, na audiência pública, foi informado que a sociedade de economia mista prestaria diversas atividades, incluindo a autuação e aplicação de multas de trânsito. Irresignada com a situação, a empresa Malbaratamento S.A. solicitou pronunciamento de sua assessoria jurídica, sendo corretamente informada de que:

- a) a sociedade de economia mista poderia realizar a prestação do poder de polícia de trânsito, desde que a delegação da atividade fosse realizada por contrato administrativo, após licitação pública, realizada em processo transparente e competitivo.
- b) a sociedade de economia mista não poderia prestar o serviço, uma vez que o poder de polícia é indelegável para entidades administrativas de direito privado.
- c) tanto a sociedade de economia mista como a empresa privada poderiam prestar o serviço, já que o STF passou a entender que o poder de polícia é delegável, por lei ou contrato, a entidades administrativas e a particulares.
- d) somente as atividades de anuência estatal e de fiscalização poderiam ser delegadas, não se admitindo a delegação, para entidades administrativas de direito privado, da competência para aplicação de multas, pois se trata de atividade sancionatória, típica de Estado.
- e) o poder de polícia de trânsito é delegável para entidades administrativas de direito privado, uma vez que se trata de serviço público próprio do Estado, prestado em regime não concorrencial, mas essa delegação deverá ocorrer por lei.

43. No que tange à responsabilidade civil do Estado, especialmente em situações que envolvem a fiscalização de atividades perigosas, como o comércio de fogos de artifício, e considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

- a) a responsabilidade civil do Estado, como regra, é do tipo objetiva, baseada na teoria do risco integral, o que implica que a Administração Pública deverá indenizar todo e qualquer dano, independentemente da existência de nexo causal ou da ocorrência de excludentes de responsabilidade.
- b) para que o Município seja responsabilizado por danos decorrentes do comércio clandestino de fogos de artifício, é suficiente que a vítima comprove o dano e a conduta de um agente público, sendo presumida a violação de um dever jurídico específico de agir do poder público municipal.
- c) a omissão específica do poder público em fiscalizar atividades perigosas se configura automaticamente pela simples ausência de alvará de funcionamento, dispensando a comprovação de que o poder público tinha conhecimento de irregularidades ou concedeu licença sem as cautelas legais.
- d) na responsabilidade civil do Estado, a vítima que sofreu um dano causado por um agente público precisa provar a conduta do agente, o dano e o nexo de causalidade, sendo que o Estado pode se eximir do dever de indenizar caso comprove excludentes como caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.
- e) o mero requerimento de licença de instalação ou o recolhimento de taxa de funcionamento por parte do particular são atos suficientes para caracterizar o dever específico de agir do poder público e, consequentemente, sua responsabilidade em caso de danos decorrentes de atividade perigosa não fiscalizada.

44. No que concerne à política tarifária do serviço público concedido, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.987/1995, assinale a opção correta:

- a) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, sendo preservada pelas regras de revisão previstas na Lei de Concessões, no edital e no contrato, e a concessionária deve divulgar, em seu sítio eletrônico, tabela com o valor das tarifas e a evolução de reajustes dos últimos cinco anos.
- b) a cobrança da tarifa do serviço público concedido pode ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário, sendo tal condição uma regra geral que independe de previsão legal específica.
- c) a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, não implicará a revisão da tarifa, salvo se a alteração for unilateral do contrato e afetar o equilíbrio econômico-financeiro.
- d) o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é considerado mantido apenas quando o poder concedente autoriza expressamente a revisão tarifária, não sendo suficiente o mero atendimento das condições contratuais previamente estabelecidas.
- e) as fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, previstas em edital de licitação em favor da concessionária, não são obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando a maior flexibilidade na gestão tarifária.

45. Acerca das entidades paraestatais e sua inserção no âmbito da administração pública e do terceiro setor, conforme a doutrina e a legislação pertinente, assinale a opção correta:

- a) as entidades paraestatais consistem em pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que, embora instituídas por particulares e não integrantes da administração pública, atuam em colaboração com o Estado na prestação de atividades de utilidade pública.
- b) o primeiro setor, na doutrina, é classicamente formado pelas entidades privadas que atuam em atividades econômicas com fins lucrativos, distinguindo-se do Estado e das organizações da sociedade civil.
- c) o conceito de entidade paraestatal, conforme a doutrina majoritária atual, abrange as empresas públicas e as sociedades de economia mista, visto que estas atuam "ao lado do estado" na prestação de serviços públicos.
- d) as entidades do terceiro setor integram formalmente a administração pública indireta, uma vez que desempenham atividades de interesse social em colaboração com o Estado.
- e) a publicização, proposta pela reforma do Estado iniciada em 1995, consistiu na transferência de atividades com finalidade lucrativa para organizações privadas, visando a eficiência na prestação de serviços.

46. No que concerne ao sistema de controle da administração pública adotado no Brasil, com base nas disposições constitucionais e doutrinárias aplicáveis, assinale a opção correta:

- a) o sistema contencioso administrativo, característico do modelo francês, é plenamente adotado no Brasil, conferindo aos tribunais administrativos a capacidade de proferir decisões definitivas que não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.
 - b) o Brasil adota o sistema inglês, ou de jurisdição única, que estabelece que todos os litígios, sejam eles de natureza administrativa ou privada, somente podem ser solucionados com força de definitividade pelo Poder Judiciário, em decorrência do princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional.
 - c) a despeito da inafastabilidade da tutela jurisdicional, as decisões dos Tribunais de Contas possuem caráter jurisdicional e, uma vez proferidas, formam coisa julgada material, impedindo qualquer revisão ou desfazimento posterior pelo Poder Judiciário.
 - d) o controle social sobre a atuação da administração pública é de natureza exclusivamente interna, exercido por órgãos que integram a estrutura hierárquica do mesmo Poder que está sendo controlado.
 - e) o Tribunal de Contas da União (TCU), na qualidade de órgão auxiliar do Congresso Nacional, possui competência para realizar o exame prévio e o registro de todos os contratos administrativos celebrados pela União, como forma de controle preventivo da legalidade.
-

47. Com base nas alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a indisponibilidade de bens, assinale a opção correta.

- a) as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021 relativas ao regime de indisponibilidade de bens não se aplicam aos processos de improbidade administrativa que já estavam em curso antes de sua vigência, mas que ainda não transitaram em julgado, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- b) para o deferimento da indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa, a Lei nº 14.230/2021 mantém a presunção do *periculum in mora*, não sendo necessária a demonstração concreta de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.
- c) as novas disposições da Lei nº 14.230/2021 referentes à tutela provisória de indisponibilidade de bens são aplicáveis aos processos em curso, de modo que as medidas já deferidas poderão ser reapreciadas para adequação aos novos requisitos de demonstração de perigo de dano e à exclusão da multa civil do valor da constrição.
- d) a indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa, conforme a redação atual da Lei nº 8.429/1992, pode incidir sobre valores correspondentes à estimativa de multa civil, desde que haja comprovação de dano ao erário.
- e) a natureza de tutela provisória da indisponibilidade de bens impede a aplicação das novas exigências da Lei nº 14.230/2021 aos processos em curso, haja vista que a medida já estava consolidada sob a égide da lei anterior e não pode ser revogada ou modificada de ofício.

48. No que concerne à fiscalização da execução dos contratos administrativos, conforme as disposições da Lei de Licitações, assinale a opção correta.

- a) a fiscalização da execução contratual deve ser realizada exclusivamente por servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública, sendo vedada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar o fiscal do contrato.
- b) o fiscal do contrato, ao delegar a um terceiro contratado a tarefa de assisti-lo e subsidiá-lo com informações, transfere para esse terceiro a responsabilidade integral pela veracidade e precisão das informações prestadas, eximindo-se de qualquer responsabilidade subsequente.
- c) o contratado poderá manter preposto no local da obra ou do serviço, independentemente de ser aceito pela administração.
- d) a execução do contrato deve ser acompanhada por um ou mais fiscais do contrato, que devem ser, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos, e a contratação de terceiros para assisti-los não exime os fiscais do contrato de suas responsabilidades, nos limites das informações recebidas.
- e) o fiscal do contrato, ao observar faltas ou defeitos na execução contratual, deve apenas informar seus superiores, sendo-lhe vedado determinar o que for necessário para a regularização das ocorrências, visto que essa é uma atribuição exclusiva da autoridade superior.

49. À luz da Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), julgue os seguintes itens.

I No caso de contratação direta indevida ocorrida com culpa, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

II É hipótese de inexigibilidade de licitação a aquisição de equipamentos que só possam ser fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivos, dispensada a apresentação de atestados de exclusividade ou outros documentos equivalentes.

III Admite-se a contratação direta, via dispensa de licitação, nos casos de emergência, para parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano, contado da data da ocorrência da emergência, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com fundamento nessa previsão legal.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

50. Acerca do sistema de registro de preços (SRP), disciplinado pelo Decreto nº 11.462/2023, e considerando suas especificidades relativas ao processo licitatório, assinale a opção correta.

- a) as modalidades licitatórias admitidas para o registro de preços são concorrência, pregão ou leilão.
- b) o sistema de registro de preços não pode ser utilizado nas hipóteses de contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, tendo em vista a necessidade de ampla competitividade inerente ao sistema.
- c) a indicação de disponibilidade de créditos orçamentários é exigida já na fase de elaboração do edital de licitação para o registro de preços, como

condição para a publicação do instrumento convocatório.

- d) o prazo de vigência da ata de registro de preços será, em regra, de dois anos, admitindo-se uma única prorrogação por igual período.
- e) o edital de licitação para registro de preços deverá prever, em regra, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e poderá dispor sobre a possibilidade de previsão de preços diferentes, quando o objeto for realizado ou entregue em locais distintos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Acerca da disciplina constitucional das medidas provisórias, assinale a alternativa correta.

- a) Medidas provisórias não podem ser reeditadas na mesma sessão legislativa, ainda que tenham perdido sua eficácia por decurso de prazo sem apreciação pelo Congresso Nacional.
- b) É constitucional a edição de medida provisória que trate de matéria penal, desde que não aumente pena e seja favorável ao réu.
- c) A medida provisória produz efeitos apenas após sua conversão em lei pelo Congresso Nacional.
- d) Matérias relativas a orçamento anual, crédito adicional e organização do Ministério Público podem ser objeto de medida provisória, desde que haja urgência e relevância.
- e) O prazo de vigência das medidas provisórias é de sessenta dias, prorrogável por igual período uma única vez, salvo se rejeitadas expressamente antes disso.

52. Sobre as disposições constitucionais relativas à nacionalidade, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, após atingirem a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- b) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, serão considerados brasileiros natos, desde que os pais não estejam a serviço de seu país de origem.
- c) A Constituição prevê a perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado quando houver sentença judicial que cancele a naturalização em decorrência de fraude no processo de naturalização.
- d) O brasileiro nato não pode, em nenhuma hipótese, ser extraditado, mesmo que venha a adquirir outra nacionalidade.
- e) Perderá a nacionalidade o brasileiro que, por vontade própria, adquirir outra nacionalidade, ainda que sem exercício de direitos civis no país estrangeiro.

53. Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos do homem são aqueles positivados em textos constitucionais ou em tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.
- b) A doutrina majoritária reconhece a existência de cinco gerações de direitos fundamentais, sendo a quarta geração relacionada aos direitos difusos e coletivos e a quinta geração voltada à igualdade de gênero.
- c) A característica da universalidade dos direitos fundamentais implica que todos os indivíduos, sem distinção, possuem os mesmos direitos em qualquer tempo e lugar, independentemente de sua condição específica.
- d) Os direitos fundamentais podem ser restringidos em situações excepcionais, como no estado de sítio e no estado de defesa, respeitando-se, contudo, o núcleo essencial desses direitos.

e) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais se restringe às relações entre o indivíduo e o Estado, não se aplicando às relações entre particulares.

54. Nos termos do Art. 5º, VIII, da Constituição da República de 1988, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio programático;
- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) limitada e princípio institutivo;
- e) contida e aplicabilidade imediata.

55. À luz dos artigos 102 e 105 da Constituição Federal de 1988, que tratam, respectivamente, das competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os membros do Congresso Nacional, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais quando a decisão contrariar tratado ou lei federal.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão contrariar tratado ou lei federal, ou divergir da interpretação de outro tribunal.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os governadores dos Estados e do Distrito Federal, nas infrações penais comuns.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, originariamente, o Presidente da República nos crimes comuns e de responsabilidade.

56. Acerca do direito de associação, nos termos do artigo 5º, incisos XVII a XXI, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida, salvo por decisão administrativa do Ministério da Justiça, garantida a ampla defesa.
- b) A criação de associações e, no que couber, de cooperativas depende de autorização expressa do poder público e de registro em órgão competente.
- c) A associação pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, ainda que sem o devido processo legal, nos casos de perigo iminente à ordem pública.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada a de caráter paramilitar.
- e) As associações só poderão representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente com autorização expressa do Poder Judiciário.

57. Com base nos artigos da Constituição Federal, que tratam do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) Os projetos de lei de iniciativa popular exigem a manifestação de, no mínimo, 0,3% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos três estados, com 1% dos eleitores em cada um deles.
- b) O Presidente da República poderá solicitar ao Congresso Nacional urgência para apreciação de projetos de lei de sua iniciativa, hipótese em que a Câmara dos Deputados terá o prazo improrrogável de trinta dias para deliberar.
- c) Em qualquer hipótese de veto presidencial, o Congresso Nacional poderá rejeitá-lo por maioria simples de seus membros presentes em sessão conjunta.
- d) O Presidente da República pode vetar um projeto de lei total ou parcialmente, e o veto deverá ser sempre motivado e comunicado ao Presidente do Senado Federal no prazo de quinze dias úteis.
- e) O projeto de lei vetado, ao ser mantido o veto, deverá ser arquivado definitivamente, sendo vedada a apresentação de nova proposta com o mesmo conteúdo durante a legislatura.

58. João exercia, em 2024, o segundo mandato consecutivo como Prefeito de um município do interior de Minas Gerais. Em fevereiro do mesmo ano, sua filha, Mariana, que não exercia mandato eletivo, decidiu registrar sua candidatura ao cargo de Prefeita do mesmo município. Diante do caso concreto e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) Mariana é inelegível, salvo se seu pai renunciar ao cargo de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- b) Mariana é inelegível, mesmo que João renuncie ao cargo de Prefeito, pois se trata de terceiro mandato consecutivo na mesma circunscrição familiar.
- c) Mariana é elegível, pois não exerce mandato eletivo e não está impedida por lei de se candidatar.
- d) Mariana só poderá se candidatar se estiver filiada ao mesmo partido político de seu pai.
- e) Mariana poderá se candidatar, desde que seu pai tenha exercido apenas um mandato consecutivo como Prefeito.

59. A respeito da organização, competências e garantias constitucionais do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal é órgão do Poder Judiciário responsável pela uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional, mediante julgamento de recurso especial.
- b) A decisão de órgão fracionário de tribunal que afasta a aplicação de lei por considerá-la inconstitucional não viola a cláusula de reserva de plenário se o fundamento constitucional for implícito.
- c) Os juízes adquirem inamovibilidade desde a posse no cargo, enquanto a vitaliciedade é adquirida após dois anos de efetivo exercício.
- d) O Conselho Nacional de Justiça exerce controle administrativo e financeiro sobre o Poder Judiciário e é integrado também por membros externos à magistratura.
- e) A Constituição admite a criação de tribunais de exceção para julgamento de causas de alta repercussão social, desde que autorizada por lei complementar.

60. Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.

c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.

d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.

e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I (TARDE)

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

61. As sociedades limitadas possuem regras próprias, a esse respeito, marque a opção correta:

- a) O capital social da sociedade limitada divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- b) Pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social, responde o sócio exclusivamente até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
- c) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
- d) Não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e sem devolver o que houver pago.
- e) Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com ou sem prejuízo do capital.

62. As sociedades anônimas são compostas por órgãos, os quais possuem competências legais instituídas pela Lei das Sociedades Anônimas. Sobre isso, assinale a opção que configura e prevê um caso de competência do Conselho de Administração:

- a) Reformar o estatuto.
- b) Suspender o exercício dos direitos do acionista.
- c) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia.
- d) Autorizar a emissão de partes beneficiárias.
- e) Autorizar os administradores a confessar falência e a pedir recuperação judicial.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

63. Pedro adquiriu de João um imóvel pelo preço de R\$ 800 mil, valor pago à vista, e em espécie. As partes, no entanto, fizeram constar da escritura pública de compra e venda o valor fictício de R\$ 200 mil, a fim de ocultarem do Fisco suas fontes de receita.

Acerca do negócio jurídico firmado entre João e Pedro, relativamente ao valor declarado de R\$ 200 mil, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico é válido, porquanto baseado na autonomia de vontade.
- b) O negócio jurídico é anulável, porquanto incidente em erro substancial, o qual poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- c) O negócio jurídico é anulável, porquanto incidente em dolo, assim entendido como artifício astucioso para induzir o Fisco ao engano.
- d) O negócio jurídico é nulo por simulação, subsistindo, porém, o negócio jurídico firmado pelo valor de R\$ 800 mil, porquanto válido na substância e na forma.
- e) O negócio jurídico é nulo, porque a lei expressamente proíbe sua prática, sem cominar sanção.

64. Com relação ao direito pessoal de família, assinale a alternativa correta.

- a) Após o divórcio, considera-se válido o casamento do ex-marido com a mãe da ex-mulher.
- b) Filho adotivo pode casar com o filho biológico do adotante.
- c) É anulável o casamento do tutor com a tutelada, enquanto não cessar a tutela e não estiverem saldadas as respectivas contas.
- d) É nulo o casamento da pessoa que, ao se casar, contava com 12 anos de idade.
- e) O prazo para se anular o casamento viciado por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge é de 3 anos, a contar da celebração.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

65. Em 15/11/2023, Lucas, com 17 anos, 11 meses e 29 dias de idade, desferiu diversos golpes de faca contra Daniel, agindo com intenção de matar. Daniel foi socorrido e internado, mas veio a falecer após 12 dias no hospital. Com base na situação descrita e de acordo com o Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O momento da morte da vítima é que define o tempo do crime.
- b) Com base na teoria da atividade, considera-se que o fato ocorreu em 15/11/2023, não sendo possível imputar a Lucas o crime de homicídio.
- c) De acordo com a teoria híbrida (ou mista), o delito é considerado praticado na data da ação, sendo, portanto, inaplicável ao agente a responsabilização penal por homicídio.
- d) Como o óbito ocorreu após o agente completar 18 anos, será cabível a imputação por crime de homicídio.
- e) A conduta deverá ser tratada como ato infracional equiparado ao crime de homicídio, considerando como data do fato o dia do falecimento da vítima.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Eduardo Da Rocha*

66. O ICMS, conforme disposto no Decreto 21.400/2002, incide sobre diversas operações e prestações que envolvem a circulação de mercadorias, a prestação de serviços e a entrada de bens em território sergipano.

Com base nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) O ICMS incide apenas sobre operações com mercadorias realizadas por contribuintes habituais do imposto.
- b) O fornecimento de alimentação e bebidas em bares e restaurantes não configura fato gerador do ICMS, por se tratar de prestação de serviço.
- c) O ICMS incide sobre o fornecimento de mercadorias vinculado à prestação de serviços sujeitos ao ISS, quando houver expressa previsão em lei complementar.
- d) Não incide ICMS na entrada no Estado de lubrificantes e combustíveis derivados do petróleo destinados ao uso ou consumo.
- e) O ICMS incide sobre serviços de transporte apenas quando realizados dentro do Estado, entre municípios distintos.

67. O Decreto 21.400/2002, ao tratar da caracterização do fato gerador do ICMS, estabelece que certos elementos formais e jurídicos não interferem na configuração da incidência do imposto.

Com base nesse dispositivo, analise as afirmativas abaixo:

- I. A regular constituição da pessoa jurídica não é requisito para a incidência do ICMS, bastando que exista uma unidade econômica ou profissional.
- II. O fato de uma mercadoria estar sendo transportada em veículo de propriedade alheia, mediante contrato inválido, impede a ocorrência do fato gerador do ICMS.

III. Ainda que o prestador de serviço de transporte não possua capacidade civil plena, isso não afasta a caracterização do fato gerador do imposto.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

68. No dia 14/08/2024, a empresa Delta Energy Ltda. recebeu, por meio de entrega do depositário, uma remessa de geradores elétricos importados da Alemanha. O desembaraço aduaneiro da carga, no entanto, só foi concluído em 20/08/2024. O setor fiscal da empresa entendeu que o imposto deveria ser recolhido com base na data do desembaraço, enquanto a fiscalização estadual alegou que o fato gerador já havia ocorrido anteriormente.

Com base no Decreto 21.400/2002, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do ICMS ocorre em 20/08/2024, pois é a data do desembaraço aduaneiro da mercadoria.
- b) O imposto somente será exigido após o recolhimento dos tributos federais incidentes sobre a importação.
- c) A entrega da mercadoria pelo depositário antes do desembaraço aduaneiro caracteriza a ocorrência do fato gerador em 14/08/2024.
- d) O ICMS incide apenas sobre a revenda de mercadorias, sendo irrelevante a importação para uso próprio.
- e) O fato gerador só ocorre após a entrada da mercadoria no estabelecimento do contribuinte, ainda que já tenha havido entrega pelo depositário.

69. O Decreto 21.400/2002 prevê hipóteses em que se presume a ocorrência de omissão de operações ou prestações tributáveis, autorizando o lançamento de ofício do ICMS devido, salvo prova em contrário pelo contribuinte.

Com base nessas regras, analise as afirmativas abaixo:

- I. A constatação de entrada de mercadorias não contabilizadas nos livros fiscais próprios autoriza a presunção de omissão de operações tributáveis.
- II. Caso o contribuinte mantenha obrigações no passivo que já tenham sido quitadas ou que sejam fictícias, presume-se a realização de operações sem o recolhimento do ICMS.
- III. A existência de saldo credor de caixa caracteriza, por si só, a ocorrência de fraude fiscal, sendo vedada qualquer prova em sentido contrário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

70. A empresa Minerações Caatinga Ltda., titular de inscrição estadual em Aracaju, explora uma jazida de minério localizada no interior de Sergipe. Além da sede administrativa e comercial na capital, a empresa realiza a extração diretamente no local da jazida, situada em propriedade rural própria. Em paralelo, mantém veículos que circulam por diversos municípios do Estado vendendo produtos minerais extraídos, de forma direta ao consumidor, sem passagem física pelo estabelecimento fixo.

Durante fiscalização, discutiu-se a natureza das unidades de extração e dos veículos utilizados nas vendas em diferentes municípios.

Com base no Decreto 21.400/2002, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o endereço constante na inscrição estadual pode ser considerado estabelecimento para fins de fiscalização e exigência do ICMS.
- b) O local onde ocorre a extração do minério, ainda que da mesma titularidade, é considerado estabelecimento autônomo em relação à sede administrativa.
- c) O veículo de comércio ambulante será sempre considerado estabelecimento autônomo, independentemente de haver conexão com estabelecimento fixo no Estado.
- d) A atividade de extração mineral não se enquadra no conceito de produtor, devendo ser tratada apenas como atividade industrial.
- e) Os veículos utilizados nas operações internas são considerados estabelecimentos autônomos mesmo quando atuam em nome do estabelecimento fixo do contribuinte inscrito em Sergipe.

71. A empresa TransNacional Transportes Ltda., sediada na Bahia, foi contratada para transportar uma carga de eletrodomésticos com destino a um consumidor final localizado no interior de Sergipe. O remetente, uma empresa de e-commerce de São Paulo, **não possuía inscrição no CACESE**. Ao cruzar a divisa estadual, a transportadora **não apresentou comprovação do pagamento da diferença de alíquota** entre a interestadual e a interna de Sergipe, como exigido para operações destinadas a consumidor final não contribuinte.

Além disso, em outra viagem, a mesma transportadora **entregou uma carga de produtos farmacêuticos em endereço diverso** daquele indicado na nota fiscal, conforme apurado em fiscalização da SEFAZ/SE.

Diante desses fatos, assinale a alternativa correta com base no Decreto 21.400/2002:

- a) A transportadora não pode ser responsabilizada, pois atua apenas como intermediária física da operação e não é contribuinte do imposto.
- b) A responsabilidade da transportadora só se configura se houver dolo na entrega irregular das mercadorias.
- c) A transportadora responde solidariamente em ambas as situações: pela entrega em local diverso e pela falta de recolhimento do diferencial de alíquota (DIFAL).
- d) O fato de o remetente não estar inscrito no CACESE não gera qualquer consequência fiscal à transportadora.
- e) A responsabilidade solidária da transportadora limita-se à ausência de nota fiscal, não alcançando casos de documentação incompleta ou erro de destinatário.

72. A Lei nº 8.638/2019, que trata da Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos (TFSD), disciplina a responsabilidade solidária de pessoas envolvidas na prestação do serviço público ou na prática de ato sujeito à incidência da taxa.

Com base nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) O agente público pode ser responsabilizado solidariamente pela TFSD quando pratica o ato

vinculado à atividade do poder de polícia sem que haja o recolhimento da taxa correspondente.

- b) O contribuinte da TFSD responde de forma exclusiva pelo tributo, mesmo que terceiros tenham concorrido para sua inadimplência.
- c) O Poder Executivo está proibido de autorizar a prestação de serviços sem o recolhimento prévio da TFSD, sob pena de nulidade do ato.
- d) A lei estabelece que a solidariedade se limita ao contribuinte e ao agente público, não alcançando terceiros que tenham atuado na omissão do recolhimento.
- e) Na hipótese de solidariedade, a Fazenda Pública deve respeitar o benefício de ordem e cobrar prioritariamente do sujeito passivo direto da obrigação.

73. A Lei do IPVA estabelece diferentes momentos para a ocorrência do fato gerador do IPVA, a depender da natureza do veículo, do tipo de operação ou da condição do contribuinte. No caso das empresas locadoras, há ainda regras específicas com base na origem da frota e sua disponibilização no Estado.

Com base nessas disposições, analise as afirmativas abaixo:

- I. O fato gerador do IPVA ocorre no momento da arrematação, quando se trata de veículo novo adquirido por meio de leilão.
- II. Para veículos importados diretamente do exterior por consumidor final, considera-se ocorrido o fato gerador na data do primeiro emplacamento.
- III. No caso de veículo usado pertencente a empresa locadora, já inscrito no cadastro do IPVA de Sergipe, o fato gerador ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

74. A legislação sergipana que rege o IPVA prevê diversas hipóteses de isenção do tributo, alcançando tanto veículos de categorias específicas quanto situações ligadas à condição do proprietário ou à destinação do veículo.

Com base na Lei do IPVA, assinale a alternativa correta:

- a) Todo veículo de duas rodas com até 125 cilindradas é isento do IPVA em Sergipe.
- b) A embarcação de pesca artesanal pertencente a pescador profissional está isenta do IPVA, desde que seja comprovada por entidade representativa da categoria, limitada a uma por beneficiário.
- c) A isenção do IPVA para máquinas agrícolas aplica-se mesmo que o equipamento seja utilizado em outras finalidades além da atividade agrícola, desde que a destinação principal permaneça rural.
- d) É isento o veículo utilizado no combate a incêndio.
- e) O veículo novo incorporado ao ativo permanente de uma empresa comercial goza de isenção do IPVA durante o primeiro ano de aquisição.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha (Caverna)

75. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCMD, qual das opções abaixo não constitui fato gerador do imposto?

- a) Transmissão causa mortis de bem imóvel gravado com cláusula de impenhorabilidade.
- b) Doação de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia.
- c) Antecipação de legítima.
- d) Extinção do direito real de usufruto relativamente a um bem imóvel.
- e) Excesso de meação recebido em decorrência de dissolução de sociedade conjugal.

76. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCMD, pode-se afirmar que não é contribuinte do imposto:

- a) o cessionário, na cessão de direitos realizada por herdeiro em seu favor.
- b) o donatário, na doação de bem móvel.
- c) o fiduciário, na substituição do fideicomisso.
- d) o beneficiário de direito real, quando de sua instituição.
- e) o legatário, na transmissão decorrente de sucessão testamentária.

77. Com base na legislação estadual que rege o ITCMD, em qual das situações abaixo o imposto NÃO incide?

- a) Doação de bem móvel que também esteja sujeita ao ICMS.
- b) Transmissão de créditos oriundos de seguro de vida ou pecúlio por morte.
- c) Doação realizada pela União, Estados e Municípios em seus programas de regularização fundiária destinados à população de baixa renda.
- d) Cessão gratuita de direitos à herança situada no Estado.
- e) Doação de um veículo feita por um templo de qualquer culto a um de seus membros.

78. Com base na legislação estadual que rege o processo administrativo fiscal, pode-se afirmar que produzirá efeito a consulta que verse:

- a) por estabelecimento em relação ao qual tenha sido lavrado Termo de Início de Fiscalização.
- b) sobre matéria definida literalmente em ato normativo estadual.
- c) sobre fato que configure contravenção penal.
- d) sobre matéria que tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta formulada pelo consulente.
- e) por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada.

79. Com base na legislação estadual que rege o processo administrativo fiscal, pode-se afirmar que não haverá impedimento do julgador quando ele:

- a) for servidor do Fisco Estadual à disposição de outros órgãos, inclusive entidades sindicais e associativas.
- b) tiver sido autor do procedimento fiscal.
- c) for parente, até o quarto grau civil, do autor do procedimento fiscal, do sujeito passivo ou de seu representante.
- d) for sócio, cotista ou acionista da empresa autuada, ainda que minoritário.
- e) tiver oficiado como perito.

80. Com base na legislação estadual que rege o processo administrativo fiscal, o julgamento do PAF em primeira instância será realizado por servidor do Fisco Estadual, a ser designado por ato do Secretário de Estado da Fazenda, não sendo exigido o seguinte requisito:

- a) reputação ilibada.
- b) idoneidade moral.
- c) conhecedor da legislação tributária estadual.
- d) formação em nível superior.
- e) experiência mínima de dois anos em exercício de fiscalização.

AUDITORIA FISCAL

Guilherme Sant'Anna

81. Ao examinar o ativo circulante e os estoques de determinada entidade, uma ação que o auditor pode adotar para assegurar a veracidade e a fundamentação dos registros desses ativos é

- a) adotar procedimentos estanques para cada área, sem correlacionar os dados referentes ao ativo circulante e aos estoques com a análise das origens dos recursos.
- b) realizar a auditoria dos estoques sem verificar a origem dos recursos, uma vez que a documentação interna é suficiente para a validação dos saldos.

c) integrar a verificação documental do ativo circulante e dos estoques com a análise das origens dos recursos, utilizando ferramentas comparativas e de cruzamento de informações para identificar eventuais inconsistências.

d) focar primordialmente na identificação de recursos fictícios, em detrimento da análise dos estoques e dos ativos realizáveis, pois estes já seguem padrões normativos.

e) basear-se nas informações fornecidas pela administração sobre os recursos e os direitos, sem realizar procedimentos adicionais para a verificação das origens.

82. Assinale a alternativa CORRETA, considerando as NBC TA.

a) A adequação do objeto de auditoria depende do nível de asseguração, ou seja, se o objeto não for apropriado para o trabalho de asseguração razoável, ele poderá ser apropriado para o trabalho de asseguração limitada.

b) O trabalho de asseguração envolve – no mínimo – três partes distintas: o auditor independente, a parte contratante e os usuários previstos.

c) Se houver conflitos entre a estrutura de relatório financeiro aplicável e as fontes sobre cuja aplicação pode-se obter orientação, ou entre as fontes que abrangem a estrutura de relatório financeiro, a fonte de referência deve ser aquela prevista na literatura contábil.

d) Ao conduzir uma auditoria de demonstrações contábeis, o auditor deve aplicar o julgamento e o ceticismo profissional ao longo de todo o trabalho, considerando a possibilidade de fraude ao avaliar as evidências obtidas e ao formar suas conclusões sobre as demonstrações contábeis.

e) Em firmas de pequeno porte, dispensam-se políticas ou procedimentos que tratem da gestão de qualidade ou do monitoramento da independência, já que o foco pode ser exclusivamente o planejamento das auditorias.

83. Avalie os itens a seguir:

- I. Risco de detecção é o risco de que, nos procedimentos de auditoria aplicados, não se identifiquem distorções relevantes existentes nas demonstrações contábeis.
- II. Ao planejar procedimentos adicionais de auditoria, o auditor se obriga a obter evidência de auditoria mais persuasiva quanto maior for a avaliação de risco do auditor.
- III. A determinação da materialidade deve ser inserida no planejamento da auditoria, não cabendo revisão na execução do trabalho, uma vez que o risco de distorção relevante já foi avaliado.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

84. É a melhor estimativa do auditor de distorções em populações, envolvendo a projeção de distorções identificadas em amostras de auditoria para populações inteiras de onde foram extraídas as amostras. O conceito acima refere-se a:

- a) Distorção projetada.
- b) Distorção tolerável.
- c) Distorção esperada.
- d) Distorção factual.
- e) Distorção de julgamento.

85. No que se refere à confiabilidade, a evidência da auditoria

- a) obtida de partes relacionadas à entidade é mais confiável do que a obtida internamente.
- b) obtida verbalmente é, geralmente, mais confiável do que a evidência formal.
- c) obtida por indagação é, no geral, mais confiável do que a obtida analiticamente.

d) oriunda de documentos originais é sempre mais confiável do que a obtida por meio de cópias.

e) gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.

86. No contexto da auditoria, o propósito dos testes de observância é

- a) concentrar-se na avaliação dos controles operacionais, suficientes para a robustez das evidências de auditoria.
- b) garantir a revisão de todas as transações registradas.
- c) realizar investigações detalhadas em casos de suspeita de fraude.
- d) substituir a necessidade de testes substantivos na verificação dos saldos contábeis.
- e) avaliar criticamente o desenho dos controles internos e o seu efetivo funcionamento, além do cumprimento dos procedimentos definidos pela administração.

87. Quando a auditoria envolver a necessidade de análise de saldos bancários e a busca de informações a correntistas, geralmente há uma maior probabilidade de resposta se estes acreditarem que o saldo de sua conta esteja subavaliado, e menor, se acreditarem que o saldo esteja superavaliado. Nessa situação, se a solicitação de informações é feita pelo auditor de maneira que a parte que confirma deva responder indicando se concorda ou discorda das informações presentes na solicitação, então, trata-se do procedimento denominado

- a) confirmação negativa.
- b) circularização.
- c) confirmação positiva em preto.
- d) confirmação positiva em branco
- e) revisão analítica

88. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) No que se refere a amostragens de estoques, o auditor pode definir a distorção tolerável com base apenas em inconsistências na descrição dos itens do inventário, sem necessidade de estabelecer um limite monetário para as distorções.
- b) Ao realizar uma amostragem para auditoria de contas a pagar, o auditor deve combinar procedimentos de auditoria, como a inspeção física de documentos e a análise de transações registradas nos sistemas contábeis, para assegurar que a população amostral seja completa e representativa.
- c) Uma taxa de desvio inesperadamente alta nos testes de controles resulta em um aumento no risco de distorção relevante, independentemente de outras evidências de auditoria.
- d) O risco não resultante da amostragem está principalmente associado à seleção inadequada de itens na amostra, o que pode levar ao não reconhecimento de distorções ou desvios relevantes.
- e) O objetivo da adoção da amostragem no trabalho de auditoria é reduzir o risco de auditoria, mesmo que isso resulte no aumento do volume de trabalho detalhado.

89. Analise os itens a seguir:

- I. Durante a auditoria fiscal, a identificação de aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário pode indicar a prática de caixa dois.
- II. A prática de caixa dois constitui fraude fiscal.
- III. Nesses casos, o auditor deve considerar a possibilidade de autuação fiscal por omissão de receitas e a inclusão desses valores na base de cálculo de tributos devidos.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.

- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

90. A opinião com ressalva deve ser emitida quando:

- a) houver divergência entre as notas explicativas e o parecer do auditor anterior.
- b) não for possível obter qualquer tipo de evidência de auditoria apropriada e suficiente.
- c) uma incerteza quanto à continuidade operacional for detectada.
- d) houver distorção relevante nas demonstrações contábeis, mas que não sejam generalizadas.
- e) o auditor desejar enfatizar uma questão apresentada de forma adequada nas demonstrações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II (TARDE)

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Rafael Rocha (Caverna)

91. É situação que não enseja o requerimento da medida cautelar fiscal:

- a) quando o devedor contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- b) quando o devedor aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.
- c) tem sua inscrição no cadastro de contribuintes declarada inapta, pelo órgão fazendário.
- d) quando o devedor tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação.
- e) quando o devedor possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem cinquenta por cento do seu patrimônio conhecido.

92. O direito de requerer mandado de segurança preventivo extingue-se após:

- a) 60 dias, contados da prática do ato impugnado.
- b) 60 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- c) 90 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- d) 120 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- e) 120 dias, contados da prática do ato impugnado.

93. De acordo com a lei nº 6.830/80, os prazos que o executado possui para pagar e para embargar a execução fiscal são, respectivamente, de:

- a) 5 dias / 15 dias.
- b) 5 dias / 30 dias.
- c) 5 dias / 60 dias.
- d) 8 dias / 15 dias.
- e) 8 dias / 30 dias.

94. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição:

- a) prescreve em dois anos.
- b) decai em dois anos.
- c) prescreve em três anos.
- d) prescreve em cinco anos.
- e) decai em cinco anos.

95. Sobre a execução fiscal e de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- b) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias

conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

- c) Permite-se à Fazenda Pública substituir o sujeito passivo da execução, por intermédio de substituição de Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos.
- d) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- e) É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

96. Determinado contribuinte ajuizou ação de produção antecipada de provas, a fim de conhecer alguns fatos oriundos de fiscalização tributária. Segundo a sua compreensão, a produção das provas de forma antecipada pode justificar ou até mesmo evitar o ajuizamento de ação contra o Estado de Sergipe. Sobre o tema e de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) A possibilidade de justificar ou evitar o ajuizamento de ação não é fundamento para a propositura de ação de produção antecipada de provas.
- c) O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.
- d) Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso da decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.
- e) Os autos permanecerão em cartório durante 6 (seis) meses para extração de cópias e certidões pelos interessados.

97. A avaliação das condições da ação efetuada no início do processo, de acordo com os elementos fornecidos pela parte na petição inicial revela característica da:

- a) Teoria imanentista.
- b) Teoria da asserção.
- c) Teoria eclética.
- d) Teoria abstrata.
- e) Teoria concreta.

98. No que diz respeito à comunicação dos atos processuais no direito processual civil, assinale a opção correta.

- a) Intimação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.
- b) Citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.
- c) O militar em serviço ativo será sempre citado na unidade em que estiver servindo.
- d) A citação válida, salvo quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- e) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.

99. De acordo com o Código de Processo Civil, a competência é determinada

- a) No momento da citação do réu.
- b) No momento do registro ou da distribuição da petição inicial.
- c) No momento do despacho inicial do juízo.
- d) No momento da apresentação da contestação.
- e) Quando expedido o mandado de citação.

100. Assinale a opção correta acerca do mandado de segurança.

- a) A teoria da encampação não é aplicada no mandado de segurança.
- b) É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- c) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
- d) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- e) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Eduardo Da Rocha

101. O contribuinte ALFA, localizado no Estado de Pernambuco e **sem inscrição no CACESE**, remeteu mercadorias no valor de R\$ 800,00 para um consumidor final contribuinte residente em Lagarto/SE. A mercadoria está sujeita ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) em Sergipe, cuja alíquota adicional é de 2%. A alíquota interestadual aplicável à operação é de 12% e a alíquota interna sergipana para o produto é de 18%.

Com base nas regras do Decreto 21.400/2002, calcule o valor do DIFAL e do FECF e assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo do imposto para Sergipe é de R\$ 869,57; o DIFAL é de R\$ 52,17; e o FECF é de R\$ 17,39.
- b) A base de cálculo do imposto para Sergipe é de R\$ 869,57; o DIFAL é de R\$ 60,87; e o FECF é de R\$ 17,39.
- c) A base de cálculo do imposto para Sergipe é de R\$ 800,00; o DIFAL é de R\$ 48,00; e o FECF é de R\$ 17,39.
- d) A base de cálculo é de R\$ 869,57; o DIFAL é de R\$ 69,56; e o FECF é de R\$ 17,39, somando R\$ 86,95 a pagar para Sergipe.
- e) A base de cálculo é de R\$ 800,00; o DIFAL é de R\$ 69,56; e o FECF é de R\$ 8,70, totalizando R\$ 78,26 de ICMS a recolher para Sergipe.

102. O Decreto 21.400/2002 estabelece alíquotas específicas do ICMS para as operações internas com energia elétrica, de acordo com a natureza do consumo e o perfil do consumidor.

Com base nesse dispositivo, analise as afirmativas abaixo:

- I. O consumo de energia elétrica por produtores rurais destinados à irrigação está sujeito à alíquota zero do ICMS, independentemente do volume consumido.
- II. O consumo residencial de até 50 Kwh mensais é isento de ICMS.
- III. O consumo de energia elétrica por órgãos da administração pública estadual, municipal ou federal está sujeito à alíquota interna de 18%.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

103. O Decreto 21.400/2002 estabelece hipóteses taxativas em que o contribuinte poderá lançar crédito do ICMS no livro de apuração, inclusive com previsão de limites em casos específicos.

Com base nesse regramento, analise as afirmativas abaixo:

- I. É admitido o crédito do ICMS sobre materiais de embalagem que acompanhem produtos industrializados tributados na saída.
- II. O valor do imposto pago a maior por erro de fato na escrituração poderá ser lançado diretamente como crédito, no limite de até 100 UFP/SE.
- III. O ICMS incidente sobre mercadorias adquiridas para uso ou consumo pode ser creditado integralmente no mesmo período da entrada, independentemente de sua utilização.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

c) Apenas a afirmativa II está correta.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

e) Apenas a afirmativa III está correta.

104. Com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, o Governo de Sergipe instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), responsável por atrair novos empreendimentos ao Estado por meio da concessão de incentivos diversos. Com base nas disposições legais do PSDI, assinale a alternativa correta:

- a) O PSDI é administrado pela Secretaria da Fazenda, com apoio operacional da CODISE e aprovação técnica do Conselho de Gestão Fiscal.
- b) O apoio fiscal concedido no âmbito do PSDI independe de parecer prévio da Secretaria da Fazenda, sendo atribuição exclusiva do Conselho de Desenvolvimento Industrial.
- c) Compete exclusivamente à CODISE a aprovação da concessão de incentivos fiscais e creditícios no âmbito do PSDI.
- d) O PSDI tem por objetivo estimular o desenvolvimento estadual mediante apoio financeiro, creditício, locacional, fiscal e de infraestrutura a empreendimentos.
- e) A concessão de apoio no âmbito do PSDI depende apenas da análise da SEDETEC e da CODISE, sem necessidade de manifestação de outros órgãos estaduais.

105. A Lei nº 8.638/2019 estabelece sanções pecuniárias específicas relacionadas a infrações cometidas no âmbito da Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos (TFSD), com gradação de multas conforme a conduta praticada.

Com base nas disposições legais, analise as afirmativas abaixo:

- I. A falsificação ou adulteração do documento de arrecadação da TFSD enseja multa equivalente a quatro vezes o valor da taxa devida, nunca inferior a 10 UFP/SE por documento.
- II. A simples inadimplência parcial da TFSD é punida com multa equivalente ao dobro do valor não recolhido, cumulada com o valor original da taxa.
- III. A utilização de documento de arrecadação falsificado implica sanção mais gravosa que sua mera falsificação, fixando-se multa de 10 vezes o valor da taxa, nunca inferior a 20 UFP/SE.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

106. A Lei do IPVA estabelece alíquotas diferenciadas do IPVA no Estado de Sergipe, de acordo com a natureza, destinação e valor venal do veículo, prevendo ainda tratamento favorecido para determinadas fontes de energia.

Com base nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) As motocicletas e veículos utilitários estão sujeitos à mesma alíquota de IPVA, fixada em 2%.
- b) Ônibus, micro-ônibus e caminhões estão sujeitos à alíquota geral de 2,5%, salvo quando utilizarem combustível alternativo, hipótese em que será aplicada a isenção.
- c) A alíquota de IPVA para embarcações recreativas é superior à aplicada sobre aeronaves e automóveis de uso comum.

d) Todo veículo automotor com valor venal superior a R\$ 120.000,00 está sujeito à alíquota de 3,5%, independentemente da sua categoria.

e) Automóveis e veículos utilitários são sempre tributados à alíquota de 2,5%, independentemente do seu valor de mercado.

107. Em julho de 2023, a empresa JBS Locadora de Veículos Ltda., com sede em Aracaju, vendeu um veículo da sua frota para um particular residente em outro município. No entanto, o antigo proprietário **não comunicou a alienação ao DETRAN/SE** dentro do prazo legal. Em maio de 2024, a SEFAZ/SE lavrou auto de infração exigindo o pagamento do IPVA relativo ao exercício de 2024.

Com base na Lei nº 3.140/1991, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade pelo pagamento do IPVA de 2024 é exclusivamente do adquirente, já que ele passou a utilizar o veículo.
- b) O IPVA de 2024 pode ser exigido da JBS Locadora, pois ela não comunicou a alienação ao DETRAN/SE no prazo de 30 dias.
- c) O Adquirente é responsável subsidiário referente ao IPVA de 2024.
- d) A responsabilidade recai sobre o agente público que não bloqueou o registro no sistema do DETRAN/SE.
- e) A SEFAZ/SE deve aguardar o comprador efetuar a regularização antes de cobrar o tributo de qualquer das partes.

108. A empresa Litoral Náutica Ltda., sediada em Aracaju, comercializa jet skis, peças e acessórios para embarcações recreativas. Em fevereiro de 2024, realizou três operações distintas:

I – Venda de um jet ski novo para consumidor final domiciliado em Sergipe;

II – Venda de gasolina para uso em embarcação recreativa de cliente não contribuinte localizado na Bahia;

III – Venda de energia elétrica para indústria parceira situada em Nossa Senhora do Socorro.

A contabilidade da empresa ficou em dúvida sobre a aplicação do adicional do FECF nas operações realizadas.

Com base na lei 4.7831/02, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza aplicável em Sergipe, assinale a alternativa correta:

- a) O adicional do FECF incide nas três operações realizadas.
- b) Apenas a operação com energia elétrica deve recolher o adicional, por não haver previsão de isenção específica.
- c) O adicional do FECF incide apenas na operação interestadual com gasolina e na venda do jet ski ao consumidor final.
- d) Nenhuma das operações está sujeita ao adicional, pois envolvem bens ou serviços com destinação específica ou exceção legal.
- e) Apenas a venda do jet ski ao consumidor final residente em Sergipe está sujeita ao adicional de 2 pontos percentuais.

109. Com a finalidade de viabilizar a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado de Sergipe, foi instituído, por meio da Lei nº 8.180/2016, o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A norma estabelece as fontes de receita que compõem o fundo, incluindo recursos oriundos de benefícios fiscais.

Com base nessa lei, assinale a alternativa correta sobre as receitas do FEEF:

- a) O encargo destinado ao FEEF corresponde a 10% do valor do tributo efetivamente recolhido pelo contribuinte beneficiado.
- b) Apenas recursos orçamentários e aplicações financeiras podem compor o FEEF, não sendo admitida a vinculação de receitas de incentivos fiscais.
- c) A parcela de 10% sobre o valor do benefício fiscal concedido integra as receitas do FEEF, conforme dispuser ato do Poder Executivo.
- d) A única forma de receita do FEEF é a transferência direta do Tesouro Estadual, a título de dotação orçamentária.
- e) O FEEF somente poderá receber recursos decorrentes de aplicação financeira caso expressamente autorizado por convênio celebrado com a União.

110. A Lei nº 3.796/1996 estabelece que as **isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS** devem observar regras específicas quanto à sua concessão e forma. Além disso, define expressamente quais institutos configuram benefício fiscal, mesmo que não rotulados formalmente como tal.

Com base nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) A moratória e o parcelamento de débitos de ICMS não configuram benefício fiscal, pois não alteram diretamente a carga tributária.
- b) O crédito outorgado ou presumido concedido por legislação estadual é considerado benefício fiscal apenas quando for cumulativo com outras reduções de base de cálculo.
- c) A prorrogação de prazo para recolhimento do imposto não pode ser considerada benefício fiscal.
- d) A concessão de benefícios fiscais de ICMS por lei estadual somente será válida se houver convênio autorizado nos termos de lei complementar, ainda que o benefício consista apenas em redução de base de cálculo.
- e) A concessão de anistia ou remissão de débitos tributários do ICMS somente será considerada benefício fiscal quando aplicada a contribuintes inadimplentes.

DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA*Eduardo Da Rocha*

111. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre o momento da ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS:

- I. No caso de serviços de transporte iniciados no Brasil, considera-se ocorrido o fato gerador no momento do início do transporte.
- II. Nas prestações de serviços de telecomunicação, o fato gerador ocorre no momento do início da execução do serviço.
- III. Quando a administração pública direta adquire serviços, o fato gerador do IBS e da CBS ocorre no momento do pagamento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

112. A empresa TechOffice Soluções Empresariais Ltda., que comercializa equipamentos de informática, realizou a doação de 30 notebooks novos para uma associação comunitária. Os equipamentos haviam gerado créditos de IBS e CBS no momento da aquisição. Diante da operação, o setor fiscal da empresa consultou o tratamento tributário adequado.

Com base na LC 214/2025, assinale a afirmação que está sempre correta:

- a) A doação pode ser tributada.
- b) A operação está fora do campo de incidência do IBS e da CBS.
- c) A tributação da doação ocorrerá com base no valor de aquisição dos notebooks.
- d) A operação será isenta.
- e) A tributação não se aplica, pois a destinação social da doação garante a imunidade tributária.

113. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre a fixação e aplicação das alíquotas do IBS e da CBS:

- a) A alíquota do IBS será fixada exclusivamente pelos Estados, enquanto os Municípios apenas arrecadam a parcela que lhes cabe.
- b) Cada ente federativo poderá definir sua alíquota do IBS livremente, sem qualquer possibilidade de vinculação à alíquota de referência.
- c) Na ausência de lei específica que estabeleça a alíquota do ente federativo, aplica-se a alíquota mínima prevista constitucionalmente.
- d) A alíquota do IBS incidente em uma operação corresponderá à soma das alíquotas fixadas pelo Estado e pelo Município de destino da operação.
- e) A alíquota aplicada para fins de devolução ou cancelamento da operação será o dobro da cobrada na operação original.

114. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a sujeição passiva do IBS e da CBS:

- I. Aquele que realiza operações de forma habitual no desenvolvimento de atividade econômica é contribuinte do IBS e da CBS.
- II. O adquirente de bens em leilão judicial é contribuinte, mesmo que não desenvolva atividade econômica.
- III. O fornecedor estrangeiro que realize operações no território nacional é obrigado a se cadastrar como contribuinte do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

115. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a composição da base de cálculo do IBS e da CBS:

- I. Integram a base de cálculo do IBS e da CBS os descontos condicionais, mesmo quando concedidos no ato da operação.
- II. Os valores pagos a título de frete, mesmo quando o transporte é realizado pelo próprio fornecedor, integram a base de cálculo do IBS e da CBS.
- III. Os valores de reembolso pagos em nome de terceiros, com a respectiva documentação fiscal emitida em nome desse terceiro, não integram a base de cálculo do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

116. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta sobre o ressarcimento de saldo a recuperar de IBS e CBS:

- a) O contribuinte que apurar saldo a recuperar ao final do período de apuração será obrigado a solicitar o ressarcimento integral imediatamente.
- b) O saldo a recuperar do IBS é apreciado pela Receita Federal do Brasil (RFB), enquanto o da CBS é analisado pelo Comitê Gestor do IBS.
- c) O contribuinte que não solicitar o ressarcimento no período poderá perder o direito ao crédito acumulado.
- d) O prazo de análise do pedido de ressarcimento pode variar de 30 a 180 dias, a depender do enquadramento do contribuinte em programas de conformidade.
- e) O crédito acumulado de IBS ou CBS poderá ser utilizado para compensação apenas no mesmo período de apuração em que for gerado.

117. A LC 214/2025 estabelece critérios objetivos para que o fornecimento de serviços ou bens imateriais seja considerado uma operação de exportação e, conseqüentemente, não sujeita à incidência do IBS e da CBS. Com base na referida norma, analise as afirmativas a seguir:

- I. Considera-se exportação o fornecimento de serviço a residente no exterior, desde que o consumo ocorra também fora do território nacional.
- II. Serviços vinculados diretamente à exportação de bens materiais, como o transporte de cargas e o seguro internacional, podem ser enquadrados como exportações de serviço.
- III. A pessoa que não promover a exportação dos bens materiais fica obrigada a recolher o IBS e a CBS, acrescidos de juros e multa de mora, contados a partir da data da constatação do fato, na condição de responsável.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

118. A entrada de bens materiais de procedência estrangeira no território nacional configura, como regra, fato gerador do IBS e da CBS na importação. No entanto, a LC 214/2025 estabelece hipóteses específicas em que essa entrada não enseja a incidência dos tributos, em razão de circunstâncias excepcionais ou da própria natureza da operação. Além disso, a LC traz os momentos específicos da ocorrência do fato gerador para a importação.

Com base na referida Lei Complementar, assinale a alternativa correta:

- a) É responsável solidário o importador de mercadoria do exterior.
- b) Se o bem importado for destruído sem ônus para o poder público antes de sua liberação, ainda haverá fato gerador do IBS e da CBS.
- c) Não constitui fato gerador do IBS e da CBS o retorno ao país, motivado por defeito técnico para reparo ou substituição, de bens anteriormente exportados.
- d) O Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) não pertence à base de cálculo do IBS e da CBS na importação.
- e) Mesmo que haja erro inequívoco na expedição dos bens ao Brasil e os bens sejam redestinados ao exterior, a entrada física no país gera a obrigatoriedade de recolhimento do IBS e da CBS.

119. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas a seguir sobre a condição de contribuinte do IBS e da CBS por produtores rurais:

- I. O produtor rural pessoa física com receita bruta anual inferior a R\$ 3.600.000,00 não será considerado contribuinte do IBS e da CBS, salvo se optar expressamente por sua inclusão no regime regular.
- II. A opção do produtor rural para se inscrever como contribuinte do IBS e da CBS poderá ser feita a qualquer tempo, mas será irretratável para o ano-calendário, produzindo efeitos a partir do mês seguinte à solicitação.

III. A renúncia à opção pelo regime de contribuinte do IBS e da CBS tem efeitos imediatos, produzindo efeitos no mesmo mês da solicitação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

120. Nos termos da LC 214/2025, o início do procedimento fiscal possui efeitos importantes sobre a espontaneidade do sujeito passivo, e pode ocorrer mesmo sem intimação formal. Com base na legislação, assinale a alternativa correta:

- a) O cruzamento de dados entre informações fiscais do contribuinte e da administração pública configura o início do procedimento fiscal e exclui a espontaneidade.
- b) A ciência do sujeito passivo do primeiro ato de ofício de fiscalização é uma das hipóteses que caracteriza o início do procedimento fiscal.
- c) A exclusão da espontaneidade somente ocorre após a lavratura do auto de infração ou notificação fiscal.
- d) O monitoramento fiscal exercido pelas administrações tributárias contra contribuintes de determinados setores econômicos equivale ao início do procedimento fiscal.
- e) A apreensão de mercadoria só exclui a espontaneidade se vier acompanhada de intimação formal do sujeito passivo.

Discursiva 1

Em 2025, a Calçados XYZ Ltda. remeteu, por meio de veículos próprios, diversas caixas de sapato de uma para outra de suas lojas, em estado diverso da federação. Contudo, os veículos foram parados pela fiscalização tributária estadual e, não tendo sido emitida nota fiscal das mercadorias transportadas, houve autuação pelo Fisco Estadual, que cobrou o valor de ICMS, bem como a multa pela ausência da nota fiscal, com base em legislação estadual que impede a circulação física de mercadorias desacompanhadas de nota fiscal.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

- a) Discorra sobre o conceito de circulação de mercadoria para fins de incidência do ICMS.
- b) Está correto o Fisco estadual em cobrar o ICMS nessa operação?
- c) Conceitue e diferencie obrigação principal e obrigação acessória.
- d) Está correto o Fisco estadual em multar a sociedade empresária por ausência de nota fiscal?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), instituído pela Lei Estadual nº 3.140/1991 e regulamentado pelo Decreto nº 29.935/2014, foi criado para fomentar a industrialização e atrair investimentos estratégicos para Sergipe. Por meio de diferentes modalidades de apoio – financeiro, creditício, locacional e fiscal –, o programa busca ampliar a geração de empregos, estimular a interiorização do desenvolvimento e fortalecer cadeias produtivas relevantes. Dentre os incentivos, destacam-se os benefícios fiscais, como o diferimento do ICMS na importação de bens de capital e matérias-primas, bem como condições especiais de recolhimento e prazos de fruição prolongados, variando de acordo com a localização e importância do empreendimento para a economia estadual. Além disso, o programa é gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE), garantindo o acompanhamento dos projetos beneficiados.

Considerando essas informações e o papel do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), que impõe obrigações aos beneficiários dos incentivos, responda à questão a seguir:

- 1) Explique quais são os principais tipos de apoio previstos no Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), conforme a Lei nº 3.140/1991, e como o Decreto nº 29.935/2014 organiza a administração do programa.
- 2) Discorra sobre os mecanismos de apoio fiscal (diferimento do ICMS) e suas condições – incluindo prazos, percentuais e hipóteses de antecipação do recolhimento.
- 3) Relacione brevemente o papel do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) em relação ao PSDI, destacando as obrigações do beneficiário e as sanções previstas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
